

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 03/06

1
2
3
4 Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e seis, às dezoito horas e trinta minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata e conforme
6 registro em livro próprio, reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de
7 Assistência Social do Município de Porto Alegre, sito, rua Acelino de Carvalho, nº.33, sala 42, sob
8 coordenação da Presidente Maria Lopes e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE**
9 **CIVIL**: Graziella Costa Emmert – **ACOMPAN**; Teresinha Lourdes Lopes – **Cada do Pequeno**
10 **Operário**; Edson Luís Zanella – **Instituto Pobres Servos da Divina Providencia**; Sílvia Tejas –
11 **CRESS**; Iara de Fátima Bueno da Rosa – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS**
12 **Centro-Sul**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Heloísa Helena Leão Viñolo – **CORAS**
13 **Glória**; Frei José Bernardi – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Zailde Freitas da Silva –
14 **CORAS Lomba do Pinheiro**; Iara Bargmann – **CORAS Nordeste**; Ivandro Coimbra da Silva –
15 **CORAS Noroeste**; Maria Lopes – **CORAS Norte**; Nídia Maria de Albuquerque – **CORAS**
16 **Restinga**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Cléia Teresinha da Silva Lucas – **DMLU**;
17 Brizabel Muller da Rocha, Simone Rocha da Rocha, Gilberto Von Hugel Lisboa e Suzana Aldworth
18 Marins – **FASC**; Patrick de Oliveira Teixeira – **SMGL**; Eloísa Helena Chaves Strehlau – **SMA**;
19 Adriana Model Maciel – **SMS**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Arnaldo Batista Santo dos Santos –
20 **Instituto São Benedito**; Miriam Dabdab Domingues Kolinger – **CORAS Centro**; Melissa
21 Bargmann – **CORAS Eixo Baltazar**; Marilú Ferreira Ribeiro - **CORAS Partenon**; Rose Iara dos
22 Santos – **CORAS Extremo Sul**; Yolanda Dalmas – **CORAS Sul**; Maria Valéria Carvalho Simões –
23 **SMDHSU**; Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Denise Araci Leonhardt - **Associação Cristã**
24 **Feminina**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Carmen Lia S. Marino – **Associação Cristã**
25 **Feminina**; Dirceu de Oliveira Garcia e Jorge L. da Silva – **UAMPA**; Juçara R. Joaquim e Marlene
26 Suzana Hack – **CORAS Cruzeiro**; Nelcy Gomes da Silva e Rosalina T. Farias – **CORAS Leste**;
27 Carolina A. da Silva – **CORAS Partenon**. **AUSENTES/GOVERNO**: Fernanda Wortman e Inajá
28 B. Leite – **Câmara Municipal**; Marcia Lenara Soares e João Carlos Fornari – **DMAE**; Gustavo
29 Bohrer Paim – **DEM HAB**; Elizabeth P. Mendes Ribeiro – **SMA**; Terezinha Serafim Jacinto e Ana
30 Eleonora S. Assis – **SME**; Isabel Maria Walenciok e Elenice de Fátima M. Stazinski – **SMF**;
31 Carmen Lúcia Silva Garcia e Cláudia Maria Selau S. de Souza – **SMIC**; **Governo Estadual e**
32 **Federal**: sem representação de Conselheiros. Participaram da reunião também, como convidados:
33 Sr. Clóvis Magalhães – Secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico; Izabel Matt –
34 Coordenadora da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico; Sr. Mauro Vargas – Diretor
35 Técnico da FASC; e a Sra. Dalila Frota – SMGAE. Após assinatura da lista de presenças, a Sra.
36 Presidente deu início aos trabalhos. **Sra. Presidente**: Boa-noite a todos. Vamos dar início a nossa
37 reunião de hoje, quero dizer que sejam todos bem-vindos, muitos retornando de férias, inclusive, eu.
38 Hoje nós temos, então, logo no início da nossa Pauta, o nosso Secretário Clóvis, que vai apresentar
39 os projetos de gestão. Acho que todos receberam a Pauta, se alguém não recebeu a Pauta está ali.
40 Então, o nosso primeiro ponto é a Apresentação pelo Secretário Clóvis, depois temos as resoluções
41 para serem aprovadas, porque nas últimas reuniões não houve *quorum* e alteração da Resolução n.º
42 089. Nós temos a votação das Atas e os processos de recadastramento. Hoje, acho que temos que
43 registrar isso, porque depois de um ano temos aqui a nossa taquígrafa. Então, foi um ano de batalha,
44 mas hoje ela está começando, é a primeira Ata com a nossa taquígrafa. Então, vamos passar de
45 imediato para o Secretário, pois ele tem que sair, ele tem outro compromisso em seguida. Então,
46 passo de imediato a palavra para o Secretário. Só gostaria, Secretário, depois da sua apresentação, se
47 o senhor pudesse ficar alguns momentos conosco para fazermos algumas considerações. Então,
48 Secretário, com a palavra. **1. Secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico – Clóvis**

49 **Magalhães – Apresentação do novo modelo de gestão da Prefeitura. Sr. Clóvis Magalhães:**
50 Boa-noite a todos. Em primeiro lugar, eu quero registrar e agradecer a oportunidade que o Conselho
51 está-nos oferecendo de vir para poder discutir um pouco, conversar um pouco e trazer a vocês esse
52 trabalho que estamos realizando ao longo desse último ano. Portanto, um trabalho que hoje já tem
53 treze meses, partindo para o décimo quarto mês de trabalho da Administração. E que se fez ao longo
54 desse processo um propósito de dar uma coordenação às ações de governo, permitindo duas coisas
55 que para nós são fundamentais, que de alguma maneira é muito do papel do próprio Conselho, que é
56 ver a Administração de um modo transversal, ver a Administração não como uma segmentação ou
57 um conjunto de secretarias, fundações, órgãos, autarquias, mas sim ver a Administração no seu
58 sentido integrado, ou no seu sentido integrador. Significa dizer que estamos em um esforço muito
59 grande na Administração para que deixemos de ter aquele rosário, em que o indivíduo começa a
60 bater em uma porta, vai a outra e vai a outra e não se equaciona os problemas. Portanto, fica e uma
61 situação agonizada, toda ela cheia de departamentos, e isso é o que estamos querendo fazer. Então,
62 esse modelo de gestão que estamos implementando na Prefeitura de Porto Alegre tem dois
63 fundamentos básicos: o primeiro deles é o da transversalidade, é fazer com que as políticas públicas,
64 com que os órgãos públicos não se vejam isolados uns frente aos outros, fazendo com que os
65 processos se dêem totalmente segmentados. O que faz uma secretaria a outra não está vendo e assim
66 sucessivamente. Para vocês terem uma idéia somos 27 organismos dentro da Prefeitura, que
67 precisam conversar dentro da política pública, ter integração diante da política pública. Para fazer
68 isso, montamos um Governo e vamos agora apresentar a vocês esse modelo, as idéias básicas desse
69 modelo e como acessar, como contribuir, como dialogar com a Administração, na perspectiva de
70 melhorar os processos. Portanto, tudo que estamos fazendo é para tornar a Prefeitura acessível ao
71 cidadão ainda mais. Acho que já se teve e isso é um compromisso do Prefeito, estamos mantendo e
72 manteremos como compromisso do Governo, que é o Orçamento Participativo. Portanto, a
73 democracia participativa tem no Governo Fogaça a sua continuidade e a sua garantia de
74 continuidade. Portanto, todo o calendário do Orçamento Participativo, naquilo que vem sendo
75 mantido como discussão das contas públicas do orçamento público, está mantido. Mais do que isso,
76 em nível do Orçamento Participativo, desde o ano passado, com decisões que foram tomadas nas
77 assembleias do Orçamento Participativo, nós estamos cumprindo o cronograma no sentido de
78 recuperar algo que estava comprometido, mas que não tinha recurso destinado para a sua execução.
79 Nós estamos recuperando sim, executando obras que foram comprometidas em outros anos no
80 orçamento. No ano passado tivemos a oportunidade de recuperar obras de 2001 que não tinham sido
81 executadas por falta de orçamento, que vieram, então, a ser executadas no orçamento do ano
82 passado. E neste ano continuaremos a fazer uma política desse tipo. Portanto, não estamos aqui
83 trabalhando com uma idéia de que terminou um governo, começa o outro e as políticas públicas não
84 estarão sendo continuadas. No Governo Fogaça as políticas públicas estão sendo continuadas,
85 estamos executando compromissos firmados em governos anteriores e resgatando alguns que por
86 dificuldades financeiras, é importante ressaltar, nos últimos três exercícios, anteriores ao ano
87 passado, a Prefeitura tinha apresentado um déficit operacional, um déficit primário. O que é déficit
88 primário? Significa que todo o recurso arrecadado não foi suficiente para honrar todos os
89 compromissos. Portanto, a Prefeitura foi deficitária durante três anos sucessivos. Este ano nós
90 conseguimos o primeiro, depois desse ciclo, o primeiro ano de superávit, e conseguimos resgatar,
91 inclusive, parcela das dívidas que estavam, então, tendo que ser pagas ao longo do ano passado.
92 Tivemos uma recuperação financeira muito importante e espero que nos dê condição de execução
93 de políticas públicas a partir deste ano com um pouco mais de possibilidade, mas tudo isso é,
94 obviamente uma introdução nesta discussão que faremos. Eu quero dizer que o princípio da
95 transparência e o princípio da transversalidade é o que nos fez montar esse modelo de gestão. Então,
96 vocês verão o que espero que fique claro a todos, como se dá essa questão da transparência, como se
97 pode acessar o Governo e como se pode dialogar com o Governo, mas há mecanismos feitos para

98 isso e vocês estarão podendo acessar, trabalhar com isso. Rapidamente, em termos bastante
99 conceituais, a Prefeitura tem hoje, como já tinha antes, um conjunto de diálogos com a Cidade que
100 se davam por meio do Orçamento Participativo. Nós estamos mantendo as regiões do Orçamento
101 Participativo, estamos construindo um modelo para dialogar com a sociedade, indo além da
102 condição do orçamento público, trazendo também uma coisa que chamamos de “Capital Social”. Ou
103 seja, todas as possibilidades que as comunidades nos apresentem como possibilidade de se associar
104 a determinados desafios, como possibilidade de realizar juntos e não só aquelas que dependem do
105 orçamento público, mas que sim constituem um orçamento da sociedade, que possam estar no bar
106 da esquina, na venda, na igreja, em qualquer das circunstâncias que a comunidade tem como
107 potencial de se associar e de construir junto. Portanto, além do Orçamento Participativo, além do
108 orçamento público, nós acreditamos sim que existe um orçamento, que não é um fundo, mas que é o
109 da sociedade, que é a possibilidade enorme de colaboração, de sinergia, de associação, que vão
110 permitir que se ganhe muito mais do que o orçamento público. O orçamento público tem que estar
111 vinculado nessa política, tem que sustentar. Agora, nós entendemos que é possível haver esse
112 diálogo entre o Governo e a sociedade, estarmos podendo realizar mais do que simplesmente aquilo
113 que as pernas do Estado conseguem alcançar. Portanto, essa é a lógica do que chamamos de “Área
114 de Governança”. Aqui se encontram todas as representações da sociedade, aqui se encontram as
115 representações do Orçamento Participativo e aqui também se encontram os Conselhos Municipais,
116 porque os Conselhos Municipais têm esse papel de representação, de diálogo com a sociedade. Nós
117 organizamos o Governo a partir de três eixos, que vocês verão em toda a articulação de Governo
118 que esses três eixos vão-se afirmando. Então, o eixo econômico, o eixo social e o eixo ambiental. Lá
119 na campanha eleitoral, quando tínhamos uma plataforma de governo, também estavam centrados em
120 três eixos: eixo econômico, eixo social e o eixo ambiental. No eixo ambiental encontramos todo um
121 conjunto de secretarias que tratam também do meio ambiente natural, como do meio ambiente
122 construído. Portanto, aqui vocês encontram a SMOV, a SMAM, a Secretaria do Planejamento, todas
123 aqueles departamentos que estão aqui articulados em um eixo, constituindo o eixo ambiental do
124 Governo. Tudo isso que vocês vão ver agora, depois vou mostrar que há um portal na internet de
125 livre acesso para toda a cidadania, que vai ter tudo isso referenciado e um pouco mais do que isso.
126 Portanto, estou aqui dando os fundamentos do modelo, mas, depois, lá na internet, qualquer cidadão
127 pode entrar para estar acessando diretamente. O eixo social não precisa de mais considerações,
128 porque vocês são especialistas nessa área, mas no eixo social nós temos a educação, cultura,
129 esportes, a FASC. Então, as nossas estruturas da Administração precisam estar articuladas e no eixo
130 do Governo. No eixo econômico a SMIC, a próprio CONSEMPRA entra um pouco, o turismo.
131 Quer dizer, nós aglutinamos em políticas que tem uma integração em nível de governo. Essa linha
132 azul, que vocês percebem, essa linha azul para nós é o que conceituamos como “Plataforma de
133 Gestão”, essa é uma organização e eixo, é uma plataforma de gestão. Plataforma de gestão significa
134 dizer onde se processam as decisões de governo e como se processam as decisões de governo.
135 Portanto, quando estamos falando em governo transversal, isso é o fundamental. Então, vocês verão
136 que aqui temos o núcleo de políticas ambientais e infra-estrutura, núcleo de políticas sociais, núcleo
137 de políticas de desenvolvimento econômico e o núcleo de políticas de organização da gestão. Por
138 que a gente tem esses núcleos? Esses núcleos definem uma discussão entre os secretários e o
139 Prefeito as políticas públicas relacionadas nos diferentes eixos. E em nível de tratamento de
140 políticas vocês vão ver que existem comitês de gerenciamento de cada programa. O que a gente fez?
141 Quando terminamos a eleição tínhamos um conjunto de idéias e força que apresentamos para a
142 sociedade de Porto Alegre. E foi diante dessas idéias, foi diante dessas convicções do Governo,
143 então, à época da candidatura Fogaça, que a sociedade fez as suas opções e acabou gerando uma
144 decisão eleitoral, que nos faz hoje estarmos no Governo. Portanto, foram frutos dessas convicções
145 que geramos uma coisa que chamamos de “Mapa Estratégico”. O mapa estratégico corresponde ao
146 nosso contrato com a sociedade de Porto Alegre, pois nós consideramos também um mapa

147 estratégico para Alegre o eixo ambiental. O eixo ambiental tem um objetivo a ser cumprido. Qual o
148 objetivo do nosso eixo ambiental? Promover a sustentabilidade ambiental para todos. O nosso eixo
149 social se compõe com quatro objetivos estratégicos, que é promover a inclusão social como objetivo
150 final. No eixo econômico é desenvolver e fortalecer a economia, garantindo a geração de emprego.
151 Então, esses três resultados que queremos que aconteça para a sociedade de Porto Alegre estão
152 sustentados em um conjunto de objetivos estratégicos de governo. Isso foi levado a todas as
153 secretarias, as 27, para que elas nos dissessem a partir dos seus programas, com as suas ações, do
154 que tinham como ação a desenvolver como a gente poderia responder a isso. Para que isso ocorra
155 entendemos que há uma bateria de situações que precisam ser geradas como suporte, modo que dê
156 condição para essas que estão em verde aconteçam. Para nós o objetivo mais importante a
157 perseguirmos é esse conjunto de desafios estratégicos do Governo, que sejam atingidos ao longo dos
158 quatro anos. Portanto, aqui está o foco de atuação do Governo. Nós sabemos que se esses focos de
159 atuação acontecerem os objetivos estarão alcançados e a visão junto ao resultado final será atingida.
160 Para que isso aconteça esse conjunto de suportes precisa estar tranquilo. Nós temos três blocos: o
161 bloco da transparência, o bloco da democracia e o bloco da modernização da gestão. Então, quer
162 dizer, que vocês têm acesso e poderão-se debruçar por meio da internet. Eu não vou-me estender
163 demasiadamente a explicar o mata estratégico, porque vocês verão acessando a internet, vocês vão
164 ver como a gente acessa esse endereço, aí podem trabalhar bastante. Então, se vocês perceberem nós
165 temos uma visão de governo, os três eixos, a cada três eixos temos uma correspondência de alguns
166 objetivos estratégicos, que estão lá no mapa estratégico. Esses três eixos entre esses objetivos
167 estratégicos foram lançados a todas as secretarias, que compuseram um total de 313 ações de
168 governo. Então, existem 313 ações, hoje já estão um pouco alterados os números, mas essas ações
169 estão todas ordenadas em 21 programas, esses 21 programas são gerenciados, há uma reunião de
170 comitê de gerenciamento, os secretários discutem os programas de tal maneira que a gente consiga
171 ter com que a ação da FASC não seja desconhecida da ação da cultura, que não seja desconhecida
172 da ação da educação. Ou seja, que a gente consiga fazer o Governo conversar em si para que melhor
173 responda aos seus objetivos estratégicos, por isso nós montamos e isso já está acontecendo. Os
174 comitês de gerenciamento já estão acontecendo e isso é uma mudança importante, porque quando
175 nós chegamos na Prefeitura, o que verificamos é que as secretarias eram prefeituras, cada secretaria
176 era uma prefeitura e elas não se conversavam entre si, aí não havia o que nós chamamos de
177 transversalidade. O que estamos montando é exatamente permitir que a gente saiba a que está
178 respondendo como política pública, dar um objetivo estratégico de quem está por traz disso.
179 Portanto, para isso nós gerenciamos 21 programas, esses 21 programas fazem com que todas as 313,
180 ou mais ações da Prefeitura, tenham coordenação que permitam que diferentes secretarias possam
181 estar percebendo a ação, um conjunto de toda a Prefeitura. Só para ter um exemplo, esse é um
182 objetivo estratégico da Prefeitura: “Promover a auto-sustentabilidade e emancipação do cidadão”.
183 Para esse objetivo estratégico temos três programas de forte impacto: Porto da Inclusão, Carinho
184 não tem Idade e Porto Alegre da Mulher. E temos quatro programas de médio impacto: A Receita é
185 Saúde, Cidade Integrada, Programa Integrado em Volta da Cidade e Programa Socioambiental. O
186 que significa? Quando nós estivermos executando esses programas vamos estar atingindo esse
187 objetivo estratégico. Esse conjunto de 07 ações do Governo, 07 programas de Governo, a cada
188 programa existe um conjunto de ações que estão ali dentro, que estão sendo gerenciadas e
189 observadas. E para cada um desses programas existe um gerente, que é um funcionário de carreira
190 da Prefeitura, não é alguém que quando mudar o Governo esse alguém vai embora, porque é um
191 CC, e quando vai embora a memória vai embora junto com ele. E o próximo governante não tem a
192 atenção mínima de retomada, demora muito tempo para retomar, tentando encontrar as informações
193 porque elas não existem de pronto. Portanto, esses gerentes não são gerentes de fichinha partidária,
194 são gerentes de folha, de serviços prestados à administração pública, servidores públicos de carteira.
195 Portanto, isso vai dar uma condição de continuidade de política pública, isso é um dos princípios

196 fundamentais para que haja transparência e para que haja democracia, para que os servidores
197 públicos consigam exercer plenamente toda a sua função. Para isso todos os gerentes são
198 funcionários públicos de carreira, foram capacitados e mais funcionários estão sendo capacitados.
199 Em nível de cada um dos nossos gerentes tem lá um conjunto de ações, porque cada secretaria tem
200 os líderes de ação que são designados pelo secretário, mas são funcionários, de tal maneira que
201 nesses grupos de trabalho a gente consiga gerenciar os programas, os objetivos e o atingimento da
202 missão do Governo. Esse é o modelo, mas tudo isso tem que estar acessível, portanto, montamos
203 um portal de gestão, e vou mostrar para vocês dois ambientes de portal de gestão. O primeiro
204 ambiente é o “ambiente gerencial”, onde eu, secretário, tenho acesso a um conjunto de informações.
205 Esse é o portal de Gestão da Prefeitura, nesse portal, se vocês entrarem na visão sistêmica vão
206 encontrar o mesmo mapinha que eu mostrei inicialmente. Se vocês entrarem nos “eixos” vão ter a
207 descrição conceitual de cada eixo, o que cada um dos eixos organiza, o que cada um dos eixos tem
208 como objetivo para que qualquer um possa ter informações de como está-se organizando. Se vocês
209 entrarem no “mapa estratégico” verão o mapa estratégico da Prefeitura de Porto Alegre. E vocês
210 estão vendo que há uma sinaleira, essas sinaleiras medem se esse objetivo está sendo alcançado, se
211 não está sendo alcançado. E se entramos em qualquer um deles, vocês vêm para aquele objetivo
212 estratégico, que é: “melhorar o acesso à qualidade do serviço de saúde”; temos aqui 05 programas.
213 Nós sabemos quem é o órgão que lidera esse programa e sabemos também qual é o nível de
214 desempenho, se ele está alcançando os objetivos ou não. Então, isso mostra como a Prefeitura está
215 indo em relação ao atingimento ou não, e esses sinalizadores são controláveis, porque a gente tem
216 dentro deles sabendo que algum programa ou alguma ação não conseguiu atingir a sua plena
217 execução como tempo, como orçamento. Para isso esses que vocês estão vendo está no meu nome
218 eu como Secretário tenho acesso a toda a gama de informações gerenciais da Prefeitura. Portanto,
219 eu posso entrar no Gurizada Cidadã, temos aqui gerentes, inclusive, o Gerente do Gurizada Cidadã
220 está aqui conosco. Então, se vocês forem ver, em 2006, já tivemos três reuniões do Gurizada
221 Cidadã, se a gente entra aqui fica sabendo quais as decisões que foram construídas pelos
222 funcionários que estão discutindo as ações, quais foram as dificuldades, como a gente observa que
223 tomada de providência tem que tomar o Prefeito, ou os secretários para que as questões sejam
224 tratadas e resolvidas. Isso significa transparência, isso significa que o funcionário relata e os demais
225 ficam sabendo, dentro da Prefeitura qualquer secretário acessa e fica sabendo o que ocorreu em uma
226 reunião de um comitê de gerenciamento do Gurizada Cidadã. Então, ele vai saber o que tem de
227 pendências e como pode resolver. E a cada quinta-feira pela manhã quem está sentando e vendo isto
228 aqui é o Prefeito Municipal, o Prefeito está conversando não com o secretário, com o tradicional
229 despacho do secretário ou do Prefeito, que é muito bom e que resolve muitas coisas, mas que não é
230 suficiente. Agora, quando o Prefeito consegue ver toda a dinâmica da discussão que gerou e toda a
231 problemática que está sendo encaminhada, como está sendo encaminhada, temos um outro nível de
232 intervenção, vai além. O líder da ação, que é um funcionário que está lá na frente, está tentando
233 resolver o problema, ele tem a chance de estar podendo dialogar, porque está lá no Paço Municipal e
234 está precisando tomar a decisão. Portanto, essa ferramenta do portal visa exatamente isso. Até quero
235 dizer para vocês, em termos dos gerentes, eles podem dizer para vocês como estamos executando o
236 modelo de gestão. Então, isso significa para nós uma dinâmica de ver e ser visto no Governo, o
237 funcionário é visto e vê o que os outros estão fazendo. Todos vocês podem ter essa possibilidade de
238 ver e ser visto, isso é um princípio democrático, interesse é um princípio de transparência e é um
239 princípio de modernização da gestão. Então, vocês vêm naquele mapinha estratégico quais são as
240 três condições básicas para que se realize o Governo, aquelas três condições nós estamos tentando
241 alcançar com essa ferramenta. Como eu disse a vocês, aqui está tendo acesso um secretário,
242 portanto, eu chego a esse nível de informação, eu chego a esse nível gerencial onde as Atas estão
243 presentes. Isso não é possível ser posto para toda a população. Por quê? Em primeiro lugar, isso não
244 é algo que deva ser tratado dessa forma, isso é algo gerencial, tem que estar dentro do corpo

245 gerencial da Administração. Agora, há um nível de acesso que é bom que esteja com a população,
246 porque é a forma como a população pode-se relacionar com o Governo, mas não é se relacionar com
247 o Governo marcando audiência com o Prefeito ou com o secretário, isso também é viável, é possível
248 e deve ser. Agora, a população pode e deve participar, na medida que tenha interesse para isso,
249 fazendo um contato por uma comunicação direta ao gerente, colocando a sua demanda direto ao
250 Governo. Por exemplo, se eu tenho que trabalhar alguma questão na área da saúde, posso acessar, é
251 livre, aqui é para toda a população. Qualquer cidadão de Porto Alegre hoje tem acesso, não só Porto
252 Alegre, pode ser cidadãos de outras cidades. Aí ela vai ver todos os programas de Governo, vai
253 continuar tendo acesso a esse instrumental que eu falei para vocês, vai conhecer isso também, mas
254 tem acesso a todos os programas de Governo, tem acesso sim para saber quais são as secretarias que
255 respondem como coordenação de programa e sabe qual é nosso nível de desempenho, se estamos
256 conseguindo atingir ou não. Ela também tem a chance de ver e participar desse processo. Então, se
257 eu acesso um programa, por exemplo, A Receita é Saúde, que é basicamente as ações da Secretaria
258 da Saúde, eu consigo saber quem é o gerente, que é um funcionário, eu sei os telefones dele e em
259 breve terá o *e-mail* de contato. Outra pessoa poderá estar fazendo uma reivindicação, que vai ser
260 tratada por alguém lá, funcionário, que vai receber as demandas. Além disso, há alguns indicadores
261 que são postos aqui, todas as ações, há as ações do Plano Plurianual, tem as ações que foram
262 validadas. As ações do Plano Plurianual foram as 313 ações que foram propostas para o orçamento
263 público, essas ações têm uma condição de validação do Comitê de Gerenciamento. O secretário, em
264 conjunto com os outros secretários, validou a ação e deu a essa ação uma condição de execução.
265 Então, ela tem um orçamento para ser executado. Então, essa ação começa a ser gerenciada e vocês
266 verão que algumas ainda não conseguem ter essa condição de validação, porque não há orçamento,
267 ou não uma condição de execução dentro da estrutura da Administração. Isso não significa que a
268 ação está descartada, mas significa que ela não está programada para ser executada ainda este ano,
269 ou não está em fase de execução. Então, qualquer cidadão vai poder entrar e verificar todas as ações
270 que o governo vem realizando, todas as secretarias, quem são os responsáveis, quais são os
271 funcionários responsáveis. Isso está acessível à população em geral. Esse é o modelo de gestão da
272 Prefeitura, ele se baseia no livre acesso, não há nenhuma restrição para isso, não há nenhuma
273 restrição para a pessoa mandar e-mail, ou mandar comunicações, ou acessar, porque entendemos
274 que isso sim é capaz de ir além do Orçamento Participativo. E só assim, dando esse nível de
275 transparência para as ações do Governo, permitindo esse livre acesso ao ordenamento do Governo
276 que as pessoas vão sentir mobilizadas a despertar um outro capital, que não é só o do orçamento
277 público. Em números gerais, em uma ordem geral. **Sra. Presidente:** É possível o senhor abrir o da
278 Fundação de Assistência Social? **Sr. Clóvis Magalhães:** A gerente é a Simone, aqui está o endereço
279 eletrônico e o telefone. Vamos ver as ações. Quantas ações nós temos, Simone? **Sra. Simone**
280 **Rocha da Rocha:** Dezoito. **Sr. Clóvis Magalhães:** Dentro desse programa nós temos essas 18
281 ações. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Não é um programa específico, é a junção de todas as ações
282 na área social. **Sr. Clóvis Magalhães:** Não é da FASC, é um programa do Governo. Como o
283 Programa Bem-Me-Quer, o Programa Bem-Me-Quer é relacionado à promoção e atenção à infância
284 e tem como justificativa, o Município conta com estatísticas que apontam auto grau de violência
285 nessa faixa da população, além do uso de substâncias psicoativas. Isso é um pouco da justificativa
286 do programa, as ações devem estar articuladas na perspectiva de realizar, ou pelo menos tentar
287 amenizar. Existem outros programas na área de assistência social que não o Bem-Me-Quer, o
288 próprio Lugar de Criança é na Escola é um programa que também atende a uma outra questão
289 relacionada e está descrito aqui com seus objetivos. Ou seja, todas as 18 ações que estão aqui estão
290 articuladas, tentando articular uma política. A idéia do modelo é essa, as políticas públicas
291 relacionadas a diferentes eixos estão descritas no portal e estão acessíveis à população. Isso está
292 aqui, é acessível à população, ela pode contribuir e é boa a contribuição que venha a enriquecer o
293 conteúdo das diretrizes para elaborar uma discussão. Nós não estamos, este Governo não tem o

294 propósito de esconder qualquer tipo de atitude ou política que esteja sendo por ele proposto. Então,
295 esse é o modelo e tenta-se formular na perspectiva da transparência, na democracia e com uma
296 discussão que vá além de simplesmente na discussão do Orçamento Participativo. O Orçamento
297 Participativo é muito importante, é fundamental, este compromisso o Governo tem e não se afastará
298 dele, vai tentar resgatar, inclusive, essas obras que ficaram pendentes de governos anteriores. Agora,
299 nós vamos além, a nossa pretensão é que isso possa despertar capital social, aquilo que existe, um
300 diálogo mais amplo e objetivo, com transparência, mais abrangente do que simplesmente o
301 Orçamento Participativo. Eu fico à disposição. **Sra. Presidente:** Várias pessoas pediram inscrição.
302 Então, vamos pela ordem. **Sra. Heloísa Helena Leão Vinoto:** Assim no papel achei bem
303 interessante, só que não está acontecendo a transversalidade ainda. Eu acabei de vir de uma reunião
304 que uma secretária não tinha feito nada que as outras tinham combinado. Então, não é verdade isso
305 aí, mas o meu questionamento não é esse. De onde vai sair o orçamento para esses programas?
306 Apesar do orçamento continuar e o orçamento não vai continuar em cima de programas, ele vai
307 continuar em cima de secretária, e tem programas que têm como demandar, como fazem no
308 Orçamento, mas tem programas que não tem previsão no Orçamento Participativo. De onde sairá o
309 recurso para esses programas e por que tem coisas que a gente vai poder ter acesso e tem coisas que
310 são sigilosas se é transparente? Esses são os meus dois questionamentos a fazer. **Sr. Clóvis**
311 **Magalhães:** A questão do orçamento é muito simples, é uma peça orçamentária. Se tu encontrases
312 alguma ação que está ali e que não está aqui. **Sra. Heloísa Helena Leão Vinoto:** Não é isso que
313 estou questionando. **Sr. Clóvis Magalhães:** Veja bem, orçamento tem. O OP trata de um plano de
314 investimento nos quais nós estamos comprometidos. Agora, esses são programas de ação do
315 Governo, eles existem e já existiram. Talvez tu não soubesses, mas com o OP ou sem o OP esses
316 programas e ações de Governo existiram. Portanto, nós estamos mantendo o Orçamento
317 Participativo sim, fazemos os investimentos sim e mantendo políticas públicas com ações de
318 Governo. **Sra. Heloísa Helena Leão Vinoto:** Eu acho que não me fiz clara ou o senhor não
319 entendeu o meu questionamento. As ações existiam sim e o orçamento existe, só que o Orçamento
320 Participativo, pelas plenárias, decide como vai-se distribuir o recurso, porque o recurso é distribuído
321 pela hierarquização que a Cidade faz. Se a hierarquização da Cidade não botar recurso, por
322 exemplo, em assistência social, não tem de onde tirar, pelo menos não tinha até o ano passado,
323 2005, não tinha de onde tirar recurso se a Cidade não previsse isso. De onde vai sair esse recurso? É
324 esse o meu questionamento. Claro que tem um programa ali de recurso, tem o PPA que tem os
325 programas, só que as pessoas vão ir para as plenárias a partir de abril, vão demandar, e se não
326 demandar aqueles programas de onde sairá esse recurso? Claro que os programas existem, porque
327 foram aprovados na Câmara. **Sr. Clóvis Magalhães:** A senhora conhece o NASCAS? O NASCAS
328 está em algum investimento do Orçamento Participativo? Não, ele é um programa continuado de
329 uma ação do Governo. Veja bem, é isso que eu estou tentando-lhe esclarecer. Não vai haver dentro
330 da destinação, no plano de investimento da Prefeitura, que são obras públicas, não vai haver
331 mudança nesse sentido, vai acontecer a rotina do Orçamento Participativo, as ações vão estar
332 destinadas, o orçamento vai estar regrado pelo Orçamento Participativo, assim como está aqui. **Sra.**
333 **Heloísa Helena Leão Vinoto:** Então, não cria. **Sra. Presidente:** Heloísa, inscreva-te de novo. **Sra.**
334 **Nídia Maria de Albuquerque:** Eu só quero fazer uma pergunta. Nós estávamos falando da
335 Secretaria de Saúde, como estou vendo que em toda a Cidade, está até na imprensa escrita e falada,
336 está todo o cronograma de todos os programas de saúde dentro de Porto Alegre, que piorou
337 bastante. Eu gostaria de saber como vai-se interagir a assistência social sobre esse programa, se tudo
338 que a gente quer pode chegar, acessar e ver? Porque, por exemplo, a nossa região, a Restinga, vou-
339 lhe dizer com toda a sinceridade, piorou 150% a saúde. Nós não temos médicos, não temos
340 enfermeiros, nós fechamos postos de saúde, foram fechados os dois postos de saúde. Agora teve
341 uma burocracia tremenda, disseram: “ah, não, façam uma comissão e veja, o local onde pode ser
342 colocado o posto”; foi feita essa comissão, quando chegamos na Secretaria de Saúde, sabe no que

343 esbarramos? Ah, não pode porque toda a Restinga é Prefeitura, é DEMHAB. Como vamos locar
344 com o próprio DEMHAB? E daí, como fica a situação? Não está dentro da própria resposta? É tudo
345 da Prefeitura, não teriam que ar o local, ou situar uma localização? E nós estamos nesse impasse,
346 que é um impasse bastante sério, porque nós estamos com índice bastante alto de pessoas portadoras
347 de diabetes e câncer de mama. Para o câncer de mama estão sendo assistidos pelo Programa do
348 moinho, que foi feito um convênio há dois anos, que é um convênio ótimo, o que está-nos
349 quebrando o galho, porque o que foi convênio com a Prefeitura não estamos tendo praticamente
350 nada. Então, estamos esperando que passe esse recesso de janeiro e fevereiro para março termos que
351 fazer uma movimentação grande, para ver o que pode ser, já que está incluído. Hoje é a primeira
352 reunião que venho, porque estive um mês fora, porque tive um problema sério de saúde, uma
353 distensão no tendão do pé. E eu gostaria de saber o que incluiria tudo isso que eu estou-lhe falando,
354 onde acessar, aonde ir, o que fazer e como fazer? Onde ficaria aí a transparência? **Sr. Clóvis**
355 **Magalhães:** A primeira questão que a senhora traz, acho importante ressaltar que logo ao
356 assumirmos fizemos uma diminuição no Programa de Saúde da Família, os PSFs. Hoje nós já
357 recuperamos isso e em março vamos estar atingindo a meta de 120 PSFs. Independente disso, nós
358 chamamos agora, é recente o fato, só se deu por conta de uma possibilidade orçamentária, 136
359 médicos foram contratados, estão sendo contratados pela Prefeitura. Nesse mês de janeiro foram
360 chamados 120 para compor a Unidade Básica de Saúde, não é para o PSF, é para compor o corpo
361 clínico na Secretaria da Saúde, e mais 16 foram repostos, ou seja, médicos que por qualquer motivo
362 se afastaram e que foram repostos. Portanto, isso eu quero dizer com muita tranquilidade, acho que
363 ao longo de muitos anos não havia uma contratação tão consistente na área da saúde pública em
364 termos de contratação de médicos. Obviamente, nós entendemos que não é suficiente, 120 médicos
365 e mais 16 que estão repostos, portanto, 136 novos médicos para o corpo clínico da Secretaria,
366 entendemos que é uma conquista importante para a Cidade, que deverá por conta disso melhorar
367 muito a condição de serviço, um médico atende um número razoável de pessoas. Independente
368 dessa condição estamos buscando cumprir o incremento do PSF, o Programa de Saúde da Família,
369 porque entendemos que como política pública tem uma outra questão, que não é tratar da doença,
370 mas sim tratar da prevenção. Estamos incrementando a condição de aumentar os PSFs. Nós temos
371 que tratar também de uma reposição nas Unidades Básicas de Saúde, para isso estão sendo
372 contratados. Vejam bem, isso está no Diário Oficial, o chamamento está na imprensa, nós já
373 chamamos, não vamos chamar, já chamamos, já recrutamos. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**
374 Gostaria de voltar nos três eixos. O senhor poderia-me dizer o que trata o eixo ambiental? **Sr.**
375 **Clóvis Magalhães:** Posso. O eixo ambiental trata de tudo que tem a ver com ambiente natural e
376 ambiente construído. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** O que trata o eixo social? **Sr. Clóvis**
377 **Magalhães:** O eixo social trata de toda a parte de assistência social, educação, cultura, toda a ênfase
378 da inclusão social. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Agora quero fazer uma pergunta: quando
379 tu pegas um jornal e está escrito “assistência social”, e que diz que o Secretário do Meio Ambiente
380 chamou para reunião para falar com um morador de rua, em que eixo ele está? **Sr. Clóvis**
381 **Magalhães:** No eixo social. O Secretário é uma pessoa que trata, isso é importante, tu trazes um
382 bom exercício para nós, o Secretário do Meio Ambiente, quando definindo políticas ambientais, ele
383 está no eixo ambiental. Todas as ações estão relacionadas. Agora, o Secretário do Meio Ambiente
384 discutiu a questão da ocupação dos parques e praças sozinho, ou na perspectiva só do meio
385 ambiente, ou ele chamou a FASC, chamou as outras secretarias? **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
386 **Rosa:** Não é disso que eu estou falando. O senhor me desculpe, com todo o respeito que o senhor
387 merece, mas eu estou fazendo as perguntas, depois o senhor me pergunte. O que eu estou-lhe
388 colocando é o seguinte: no jornal está escrito “assistência social” como título, fala do Secretário do
389 Meio Ambiente discutindo com Entidades não-governamentais, com igreja, com associações, a
390 situação do morador de rua. Eu entendo perfeitamente a questão da política transversal, alguma
391 coisa assim, mas me parece que esse chamamento deve e que com certeza deve ter sido feito através

392 da secretaria certa, ou seja, do departamento, porque a FASC hoje não é secretaria, na estrutura está
393 como departamento. Se entrar na página da Prefeitura está departamento e está lá a fundação, mas
394 está como departamento, não está como uma secretaria. Então, preocupa-me isso e dei esse exemplo
395 porque a coisa vai ficar extremamente diluída, o Conselho Municipal de Assistência Social é o
396 órgão fiscalizador e deliberativo das ações do gestor, que é a FASC. Não tenho nada a ver com a
397 história dos 21 programas, 30 programas, agora, preocupa-me o nosso papel de controle social.
398 Como vamos fazer se em determinados momentos o responsável é um e na outra vez é outro? Da
399 forma como foi mostrado ali, por exemplo, tem a Saúde, o gerenciador do Programa Bem-Me-Quer
400 é a FASC, ali tem ações da Saúde, tem ações do Esporte, tem ações da Educação, tudo bem. Agora,
401 em termos de controle social o que sai da assistência social, o que sai da Saúde, o que sai da
402 SMED? Por que estou perguntando isso? Dessa forma estamos indo na contramão do que foi
403 estabelecido na Conferência Nacional, que é fortalecer as secretarias específicas de assistência
404 social. Nós estamos fragmentando, estamos diluindo a capacidade das secretarias. Também há uma
405 outra coisa, que é o próprio Governo, a própria estrutura de Governo que é formada por uma série
406 de partidos, aí me preocupa muito no seguinte sentido: se for bom é mérito de um, se for ruim é azar
407 do outro. Estou falando enquanto assistência social, eu tenho dificuldade para entender a forma de
408 fiscalização. Essa é uma das minhas questões. A outra é só a seguinte: eu vou com a Nídia na
409 Saúde, tem ali o Porto Alegre da Mulher, tem três programas, a Nídia falou de câncer de mama. O
410 projeto para esse programa é mil mulheres a cada ano em um município cuja metade da população
411 são mulheres, existem quatro mil mulheres para os quatro anos. Essa inclusão, essa democracia que
412 eu lhe pergunto, qual o percentual de população que o senhor acha que vai conseguir atingir a
413 utilização dessa ferramenta? **Sr. Clóvis Magalhães:** A primeira pergunta que tu me fizeste é de uma
414 ação de um secretário, cuja competência é controlar praças e parques sob a qual o problema social
415 se instala. Esse secretário, dentro da sua competência de tratamento do ambiente natural e
416 construído, chama para si uma determinada ação e convoca o Governo, porque ele não faz isso
417 como assistência social, faz isso na perspectiva daquilo que é a sua competência, cuidar da
418 manutenção de praças e parques. E veja bem, ao cuidar da competência que lhe cabe lhe poderá estar
419 buscando soluções também em outras áreas, mas não como função precípua dele. Ele chamou
420 porque tinha alguma competência a cumprir e assim o fez. Então, ele não feriu em nada a questão da
421 assistência, ele não feriu essa condição de assistência, ele somou esforços na perspectiva de resolver
422 um problema. Agora, ele estava dentro da competência dele, de cuidar de praças e parques, onde há
423 uma população que começa, vulnerabilizada, a ocupar. Portanto, não vejo nesse exercício que tanto
424 me trouxeste algo que infrinja qualquer questão do ponto de vista do controle da assistência social.
425 Não há, sinto muito! Nós podemos ver muitas questões, agora, aqui não há. Há uma preocupação
426 manifesta, há uma reunião em que ele chama e são os atores dessa reunião que deverão estar
427 articulados. E também não há, quero-te dizer com muita franqueza, não há pulverização, o controle
428 da assistência social se dá e continuará se dando sob todas as ações da assistência social. Ela não
429 deve-se perder nessa perspectiva, o que se deve ganhar na assistência social é que a política de
430 saúde veja a assistência social, que a política da criança veja a assistência social, que a política da
431 educação veja a assistência social para fortalecer a política de assistência social. Agora, se
432 continuarmos constituindo ilhas, onde a assistência social só se trata na portinha da assistência
433 social e a saúde não olha a assistência social, e a educação não olha a assistência social, cadê o
434 controle de uma política pública de assistência social? Onde vamos construir se essa não é uma
435 política multifacetada? Se a assistência social não é múltipla? Se não há essa dimensão de
436 cidadania? Pois se queremos dar à assistência social a dimensão da cidadania, que possamos vê-la
437 na sua integralidade e não na sua segmentação, porque daqui mais um pouquinho a gente faz uma
438 política de segmentação: “Ah, não, eu vou até aqui, daqui para lá é outro quem tem que fazer e não
439 me importa!”. Ou quem sabe essa população vulnerabilizada não precisa de muito apoio na área da
440 educação? Ou quem sabe a população vulnerabilizada não precisa de muito apoio na área da saúde,

441 inclusive, na indústria e comércio? Quero-te dizer que um dos grandes empenhos que a gente tem
442 que ter é o empreendedorismo nas áreas das populações vulnerabilizadas, porque são pessoas
443 dispostas ao trabalho, pessoas que estão obtendo trabalho e renda, mas estão vulnerabilizadas e
444 exploradas. Portanto, há que se ver pelo aspecto multifacetado. A segmentação é o enfraquecimento,
445 quem segmenta fragiliza, quem aglutina e agrega tem a possibilidade de realizar melhor. **Sra. Iara**
446 **de Fátima Bueno da Rosa:** E a questão da mulher? **Sr. Clóvis Magalhães:** Da mesma maneira. Na
447 verdade, as ações de Governo, as ações governamentais que foram identificadas e orçadas no Plano
448 Plurianual, as ações da mulher estão dimensionadas dentro daquilo, que não impede que se
449 aumentem as ações. Se nós entendemos que há uma subreportagem de ação para a questão da
450 mulher, devemos sim buscar uma forma de implementar. É isso que significa, em última análise, o
451 capital social, algo que vai além do capital público, do orçamento público. É nessa dimensão que
452 aparece a condição da mulher, a mulher empreendedora, a mulher precisa de apoio para a saúde, a
453 mulher que precisa, inclusive, ter um apoio para a sua estrutura familiar, porque ela é uma liderança
454 importante. E assim vários aspectos que correspondem à mulher, que são vários programas, o papel
455 da mulher está em vários programas. No Lugar de Criança é na Escola o papel da mulher está, no
456 Bem-Me-Quer a mulher está. Nós podemos até considerar que não, é perfeitamente aceitável, não
457 tenho nenhuma dificuldade de aceitar contrariedade, eu aceito a contrariedade. **Sra. Sílvia Tejadas:**
458 Em primeiro lugar, acho que é importante toda a discussão que o senhor está trazendo com relação à
459 transversalidade das políticas. Sem dúvida nenhuma esse é o maior nó da gestão pública hoje no
460 Brasil em todos os níveis de governo. Aí há que se discutir como fazer, como construir a
461 transversalidade. A minha expectativa era de poder discutir os programas sociais. Como o senhor
462 não apresentou esses programas, e pelo visto a gente não vai ter oportunidade aqui de detalhar, vou
463 entrar na discussão, então, do modelo de gestão, que é o que o senhor apresentou. **Sr. Clóvis**
464 **Magalhães:** Só me permita o seguinte: eu não vim aqui para apresentar os programas sociais, vim
465 aqui para apresentar o modelo de gestão. Posso vir aqui, não me furtarei de vir para discutir
466 programas sociais. Acho que estando aqui a Brizabel, é quem, efetivamente, tem mais possibilidades
467 para isso do que eu, mas sob a ótica da gestão não me furto a vir aqui para discutir os programas
468 sociais. Estou aqui nesta agenda para discutir o modelo de gestão. **Sra. Sílvia Tejadas:** Acho que
469 seria oportuno, inclusive, talvez já deixar marcado não só com a Brizabel, mas com o conjunto das
470 secretarias envolvidas com os programas sociais. Acho que uma questão importante é que hoje no
471 Brasil nós temos um marco legal de garantias e de direitos, especialmente depois da Constituição de
472 88, que já nos coloca tudo que tem que acontecer em termos de garantias de direitos, de direitos
473 humanos, em todas as áreas, na infância, juventude, da mulher, do idoso. Enfim, eu acho que nós
474 avançamos horrores nesse sentido. E o papel das políticas públicas, no meu ponto de vista, nada
475 mais é do que garantir esses direitos, tornar esses direitos em realidade. Então, é sob essa ótica que
476 eu queria apresentar algumas considerações. Primeiro, é com relação ao uso de nome fantasia nos
477 programas: A Receita é Saúde, Bem-Me-Quer; do ponto de vista de cidadão, do meu ponto de vista,
478 isso torna os programas muito confusos e nebulosos. Isso não nos deixa claro do que direito está-se
479 tratando, o que é exatamente que trata esse programa, um programa deve dizer no seu nome para
480 que veio. Então, essa é a primeira questão. Acho que isso torna confuso. **Sr. Clóvis Magalhães:** Se
481 tu entras ali terás acesso ao objetivo e a justificativa do programa. **Sra. Sílvia Tejadas:** De
482 qualquer forma, acho que o nome tem que se referir a uma política e uma política se refere a um
483 direito. É um ponto de vista, o senhor pode questionar. Segundo, sobre a questão da continuidade, o
484 senhor trouxe essa preocupação com relação à continuidade entre os governos e que a estratégia de
485 ter profissionais do quadro a garantiria a continuidade dos programas. Eu quero questionar esse
486 ponto de vista. No meu ponto de vista o que traz continuidade é a densidade da política, e a
487 densidade da política se mede pela sua qualidade, pelos resultados que apresenta, pelo nível de
488 acesso à população e pelo controle social que a Iara referia. É isso que vai-nos garantir continuidade
489 das políticas em qualquer governo “a”, “b” ou “c”. O fato de ter um servidor gerenciando um

490 programa eu acho que pode trazer problemas gerenciais. Por quê? Esse funcionário não responde a
491 uma chefia, não tem uma legitimidade legal, inclusive, para estar respondendo sobre esses
492 programas e se responsabilizando sobre eles. Talvez em alguma medida no andar da carruagem
493 possa haver choques entre quem de fato detém esse poder, o poder formal que ocupa chefias, que
494 está na presidência de uma fundação, de uma diretoria, em uma chefia de setor, e alguém que é um
495 funcionário e que está ali tentando organizar e articular pessoas em torno de uma ação. Então, acho
496 questionável essa estratégia e os resultados que possa trazer para a administração pública. Depois,
497 uma questão que eu queria questionar, o senhor trabalhou isso de uma forma geral, mas vendo a
498 experiência do Conselho acho que é uma questão muito importante, é com relação à parceria com a
499 sociedade. A parceria com a sociedade é algo que a própria Constituição prevê, enfim, para uma
500 gestão muito mais articulada entre sociedade civil e governo. Entretanto, o que temos visto aqui no
501 Conselho, o ingresso de alguns projetos e programas da área da assistência social, inclusive,
502 programas da rede especializada, programas que exigem alta especialização, são programas
503 complexos, havendo a proposta de que esses programas sejam executados por organizações da
504 sociedade civil. Então, isso tem-nos causado preocupação, inclusive, hoje a gente debateu esse
505 assunto na Comissão de Políticas, no sentido de que isso parece uma terceirização de
506 responsabilidades que seriam do Poder Público, inclusive, pelo o seu alto nível de especialização. A
507 exemplo da educação social de rua, da abordagem de rua, que, inclusive, coloca um funcionário
508 servidor em contato com uma série de moléstias, de situações de risco. Então, um questionamento
509 com relação a isso: quais são os limites dessas parcerias que são de fato importantes, fundamentais,
510 mas como fica aquilo que é de responsabilidade exclusiva do Poder Público? Acho que seria isso de
511 modo geral, que eu me recordo a partir da sua primeira exposição. **Sr. Clóvis Magalhães:**
512 Começamos pela parceria. A primeira constatação é a seguinte: a sociedade civil e a nação,
513 considerando essa condição de nação, extrapolam as suas condições de articulação social. Portanto,
514 não há, ao procurarmos a sociedade civil nas suas organizações, sejam elas não-governamentais,
515 sejam até mesmo de ordem privada, nada que impeça que haja um somatório de esforços diante das
516 necessidades que essa mesma sociedade apresenta. Portanto, toda a parceria é bem vista, toda
517 parceria em condições de grandes especialidades. Quero-te dizer o seguinte: não faltam recursos à
518 sociedade para responder a qualquer desafio por maior especialidade que se possa requerer. A
519 questão não é da especialidade, a questão é da responsabilidade, quanto à responsabilidade, diga-se
520 de passagem, ela é de pleno da Administração e em momento algum, na busca de parcerias com a
521 sociedade, estamos, vou usar o termo que tu usastes, “terceirizando responsabilidades”. Isso não
522 existe, essa hipótese não existe, a responsabilidade acabará por conta da própria lei, recaída a quem
523 de direito, não há condição de sua terceirização, responsabilidade e uma só, cabe a quem de direito,
524 quem executa, quem é responsável. Agora, parcerias sim, porque encontramos sim na sociedade
525 toda a forma possível de diálogo sem abrir mão das responsabilidades. Então, esse é o primeiro
526 aspecto. O segundo aspecto, eu queria só contrariar um pouquinho, quero-te dizer que tenho uma
527 longa trajetória como servidor público, depois saí e agora, por conta deste momento, retornei, mas
528 estive um tempo fora. O servidor público tem sim ampla condição de atuação dentro da
529 organização. O princípio democrático para o qual estamos mobilizados é de dar condição plena de
530 execução da missão do servidor público. Agora, nós vivemos uma conseqüência, que não sei se
531 todos têm conhecimento, mas o fluxo de caixa da Prefeitura ao assumirmos não existia, não
532 sabíamos para que tínhamos a pagar ou a receber, os funcionários tão poucos, nós fomos
533 garimpando. Isso se dá em descontinuidade sim e grave, capaz até de inviabilizar um governo que se
534 inicia depois de tanto tempo, porque todos os detentores da história, todos os detentores da
535 informação eram cargos de confiança, eram pessoas vinculadas a uma estrutura partidária, mas não
536 administrativa. No momento em terminou o governo e que começou um novo governo, este
537 Governo que começou não tinha condição de garantir história. Nós entendemos que isso sim deve
538 ser perseguido como modelo, modelo de construir história para um servidor público, porque essa é a

539 continuidade de políticas públicas, por vocação e por missão essa é a continuidade de políticas
540 públicas, não é o gestor do momento, não é aquele que persegue a conquista do poder em processo
541 eleitoral, mas aquele que exercita a sua função a partir de uma vocação, de um concurso público,
542 que lhe dá uma garantia de trabalho e para o qual ele está de alguma maneira desempenhando suas
543 funções continuadas. Ele não pode se afastar desse papel, a ele deve ser dado esse papel, por isso a
544 ele deve ser dada a gerência das ações públicas, porque ele é a garantia de continuidade, ele tem
545 identificação com o meio, ele conversa com seus colegas, ele articula suas ações, ele se resolve
546 dentro de um ambiente. Portanto, a ele é dada essa condição privilegiada de ser servidor público,
547 por isso nós entendemos que no modelo de gestão, para falar do modelo de gestão, a ele se dá essa
548 condição diferenciada sim de gerenciamento de ações de governo e de continuidade de políticas
549 públicas. Só por isso nós entendemos que privilegiando essa condição, que não é aquela condição
550 que nós encontramos, que é aquela que cada um desses programas tinha um CC colocado ali para
551 garantir que aquilo estava sob o meu controle e que a hora que eu resolvesse tirava esse CC e levava
552 com ele a história de uma ação pública. Isso nós queremos evitar, por isso o Governo se pautou
553 nessa premissa, de um gerenciamento público com servidores públicos, porque a eles cabe a missão
554 de execução de políticas públicas. **Sra. Sílvia Tejadas:** E o papel do gestor? **Sr. Clóvis**
555 **Magalhães:** O papel do gestor é de discutir efetivamente. Nós estamos com tudo descrito, o mapa
556 estratégico é o nosso compromisso, nós queremos cumprir o mapa estratégico. Nós vamos gerenciar
557 sim, nós vamos acompanhar sim, esse é o nosso papel, nós temos um projeto sim e estamos
558 apresentando para a sociedade, esse é o nosso papel. Agora, a continuidade das políticas públicas, a
559 garantia da execução dessas políticas deixem que os servidores têm missão para isso e cumprem
560 com isso por vocação. **Sra. Presidente:** Nós temos um problema, são 19h45min, a nossa reunião
561 tem como teto máximo 20 horas, temos quatro pessoas inscritas e temos mais uma solicitando
562 inscrição. Então, a Mesa vai encaminhar o seguinte, e solicitar ao Secretário, também, que seja mais
563 objetivo nas suas respostas para a gente poder concluir. Então, há quatro pessoas inscritas, aí
564 consulto se a gente inscreve a Heloísa, que está solicitando a sua segunda inscrição. Nós não
565 entramos ainda na nossa Pauta, acho que não temos *quorum*. Então, Cléia. **Sra. Cléia Teresinha da**
566 **Silva Lucas:** Praticamente já tenho contemplada a minha questão, mas mesmo assim, quando o
567 senhor usa o termo conceitual “capital inicial”, a minha questão é se o senhor utilizava isso na
568 perspectiva de Gorgea, mas pelo que vejo, pelo que vi na continuidade da sua fala o senhor dá uma
569 outra perspectiva para esse conceito. Quando o senhor utiliza “capital inicial”, o senhor utiliza em
570 uma perspectiva econômica, não na visão de Gorgea. **Sr. Clóvis Magalhães:** Eu não entraria, até
571 porque não tenho competência para fazer uma análise em nível dos grandes pensadores. O que eu
572 pude ler na esfera da ciência política, foquei-me muito no Suco, eu trabalho muito com essa
573 possibilidade da microfísica do poder. Então, quando estou construindo esses conceitos trabalho
574 muito nessa perspectiva sucotiana. **Sr. Cléia Teresinha da Silva Lucas:** É que quando ele utiliza
575 isso utiliza, “capital social”, ele está-se referindo aos contatos que as pessoas têm com outras
576 classes, com aquele saber que não é formal e o que isso tem de importante para a nossa discussão.
577 Aproveitando o gancho da Colega, na questão da terceirização, se tu utilizares esse capital social
578 como qualquer parceiro pode estar contribuindo para a sociedade e para o Governo. Nós aqui no
579 Conselho teremos mais dificuldades no controle social, porque é difícil tu teres um controle em um
580 trabalho que está sendo terceirizado. Na iniciativa privada, não sei se vocês compreendem, se me fiz
581 clara, que é mais difícil que nós Conselheiros possamos ter acesso às contas privadas. Então, essa era
582 a minha grande questão. **Sr. Clóvis Magalhães:** Confesso que não teria condições de fazer uma
583 discussão teórica dessa matéria. O que me parece oportuno é que quando eu trato da questão da
584 parceria eu trato da potencialização, na perspectiva de que existe realmente uma função de
585 potencialização social para determinadas políticas. **Sra. Dalila Frota:** Tem como eu me inscrever?
586 Só quero falar uma coisa para a Colega. **Sra. Presidente:** O que nós combinamos, anteriormente, é
587 que as inscrições estariam encerradas. **Sra. Dalila Frota:** É que eu sou funcionária da Prefeitura há

588 16 anos e houve uma fala dela que me incomodou muito. **Sra. Presidente:** Então, no final da fala
589 do Secretário eu te dou três minutos. **Sr. Ivandro Coimbra da Silva:** Eu ia declinar, mas em
590 virtude da palavra da Colega só vou fazer um comentário muito rápido. Concordo com o Secretário,
591 acho que o bem-estar da população e para a melhoria do atendimento não se perde nada com as
592 parcerias, nunca houve controle da iniciativa privada como agora no trabalho prestado. Eu acho que
593 temos posicionamento, temos instrumentos, o CMAS pode somar isso e pode-se engajar no sentido
594 de melhoria do serviço. Concordo com a Colega, não sou funcionário público, entendo também que
595 há uma cultura de que achamos que se existem funcionários públicos, então, há um pré-conceito
596 estabelecido que daí não vai entrar, que não tem condições de cooperar. Entendo que há
597 mecanismos de controle, acho que o *software* é um bom sistema de gestão. E avançaria no sentido
598 do comentário que precisamos é tirar do papel, tirar o apanhado teórico e verificar que indicadores
599 nós temos, aí sim para mesurar esse gerenciamento, para mensurar o papel do funcionário público.
600 Agora, partir com uma posição *sine qua non*, se não for um gerente externo, se for um funcionário
601 público esse projeto não vai entrar como pressuposto, acho demasiado exagerado, acho que dá para
602 fazer isso, dá para conciliar as duas coisas. Só como comentário, eu tinha um outro questionamento,
603 mas passo por *e-mail* para o senhor com relação ao posicionamento. Obrigado. **Sr. Clóvis**
604 **Magalhães:** Só para eu ter uma idéia de medição de capacitação, os órgãos públicos, de um modo
605 geral, pecam muito frente à iniciativa privada em capacitação do seu corpo funcional. Nós fizemos,
606 a partir da Escola de Gestão, um treinamento que chegou ao final do ano passado a 2.700 pessoas
607 treinadas, funcionários públicos, para que eles possam dominar a técnica de ver e ser visto. E é
608 exatamente essa lógica que permite que o Governo construa esse diálogo de ver e ser visto e todas
609 as ações relatadas no portal de gestão. Isso do ponto de vista dos funcionários, e temos vários
610 requerimentos, mostram que é extremamente estimulante para todos de um modo geral, não vi
611 nenhum registro. Quando começamos a capacitação de gerentes havia um ceticismo no ar e tivemos
612 no segundo dia de capacitação um grande tensionamento. Concluída a semana de treinamento todos
613 entenderam qual era a lógica e de um modo geral eu diria que hoje é um grande somatório de
614 esforços nessa perspectiva. Agora, queria aproveitar uma questão que tu colocaste, é muito difícil.
615 Colocar o modelo de gestão com essa perspectiva em uma Administração que hoje compõem 21 mil
616 pessoas é extremamente difícil, é um desafio enorme. Agora, nós estamos cumprindo e buscamos
617 isso como desafio de governo. Estamos tentando, não sei se vais ser possível, podemos ser
618 derrotados, isso não é algo definitivo, mas é algo que queremos implementar. **Sra. Brizabel Muller**
619 **da Rocha:** Eu peço desculpas, tentei que o Mauro me justificasse, eu estava em uma reunião
620 convocada pelo Prefeito, a minha vontade era estar aqui, mas o nosso chefe maior chamou, nosso
621 líder, digamos assim. Pessoal, estou muito confortável com a presença do Clóvis aqui, porque foi
622 um dos primeiros secretários que eu tive contato ao assumir a FASC já no meio da gestão do
623 Prefeito Fogaça. E ele me perguntou uma das áreas de exemplaridade, digamos assim, da FASC, e
624 eu disse que seria exatamente o setor de planejamento da FASC. É a primeira vez que tu estás
625 vindo, Clóvis. Eu insistir, inclusive, porque a partir do Clóvis há outros secretários, o Busatto está
626 marcado para o dia 16 e depois uma agenda com o próprio Prefeito, já que a Presidente do Conselho
627 é nova, enfim, há toda uma integração necessária. Eu acho que a gente revê bem o que temos para
628 nós mesmos, entes públicos ou privados, como conceito de gestão. O que nós entendemos, afinal,
629 por gestão? Aí nas falas, na seqüência que estava sendo colocado, nós vimos que vai desde da
630 coordenação, da execução, da articulação, da governabilidade sim, do gerenciamento sim dos
631 programas. Partindo para a assistência social, que é a preocupação deste Conselho, várias
632 preocupações pontuais e específicas com a FASC, que é o órgão gestor e executor da política da
633 assistência social. Uma questão que não é simples e que tem uma história, que é a partir das loas de
634 93, para as políticas de assistência social, para um público demandatário de quem dela necessita,
635 diferente de políticas outras, universalizadas, que é para toda a população, saúde e educação. Ora,
636 gente, nós discutimos no núcleo, no centro do Governo, nas reuniões de governança, nas reuniões da

637 Secretaria, que temos público que permeiam e que estão em todas as outras políticas, que são
638 públicos da assistência social, por serem mandatários, mas que são pessoas integrais na sua
639 condição humana e que precisam das políticas de saúde, de educação, de trabalho e renda, etc. e tal.
640 Esse entendimento a Prefeitura tem, os Secretários têm e nos vimos muito integrados, muito
641 briguentos e muito presentes dentro do Governo, sendo ouvidos, que nós temos público sim que
642 precisam das outras políticas. Por isso, Iara, a reunião que nós chamamos, quando temos pendências
643 op serem resolvidas, importantes do Conselho, nós usamos a Secretaria de Gestão por entender da
644 sua articulação, da sua coordenação, que é a Secretaria do Clóvis, e reunimos os vários secretários.
645 Nela nós chamamos uma reunião específica, o Clóvis lembra, quase no final do ano, sobre a questão
646 dos moradores de rua. A imprensa divulgou por quê? Porque em função de problemas comuns que
647 há da Secretaria de Meio Ambiente conosco em relação aos moradores em situação de rua, que ela
648 seria a nossa principal parceira e a nossa principal, digamos assim, mandatária por dentro do
649 Governo, chamando também as outras secretarias. Quais sejam? A Saúde, que está no segundo
650 momento agora se integrando. Hoje nós tivemos uma gravação de programa na Assembléia,
651 estamos com um roteiro, com um cronograma e com um programa específico da FASC para tratar
652 essa questão. Então, não vimos contradição nenhuma, Clóvis, no modelo de gestão, entendemos o
653 que é gestão. Contradição nenhuma em termos de excelentes funcionários públicos sim que vão
654 permanecer depois que nós sairmos da Administração, gerenciando programas, colaborando com os
655 programas de Governo, com a política de Governo de forma integrada. Isso que tu colocaste da
656 transversalidade e a intersetorialidade vem sendo um desafio que permanece de vários governos.
657 Neste modelo de gestão da Prefeitura nós vimos como uma possibilidade concreta de integração das
658 políticas. A Iara participa de um programa que tem no Centro, a reformulação dos programas da
659 família, nós temos quatro dentro da FASC, do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo
660 Municipal. E a gente vai dar sim, digamos, uma característica, uma cara integrada de vários
661 programas, mas com uma proposta da Assistência Social, que o Secretário da Saúde já sabe, o
662 Secretário da Educação já sabe e estão aguardando, que a eles vão ter que se integrar, porque de fato
663 ali tem ações da Saúde que são específicas da Saúde como da Educação, independente do ser
664 humano que estamos tratando. No caso aqui seres que talvez essa é a diferença, Clóvis, que a gente
665 tenha que estar priorizando nos programas da assistência social, dentro de um modelo de gestão por
666 tratar-se de público específico mandatário dessas políticas. Talvez esse foco a gente tenha que
667 estar colocando e estar focando, estar levando como ação primeira, digamos assim. Do contrário,
668 Clóvis, não temos nada de contraditório, pelo contrário, temos um exemplo de modelo de gestão
669 que vem dar resposta se saímos do papel, o que tu colocas aqui. Muito rapidamente nós temos que
670 sair do papel para a ação, mas a proposta de gestão é como os Conselhos, até que surja outro modelo
671 de controle social melhor que os Conselhos, eu defendo os Conselhos de direito até o fim. O modelo
672 de gestão é como os Conselhos, até que apareça um outro modelo que dê conta da problemática, ok,
673 vamos abolir, a próxima gestão abole este aqui e cria-se outro melhor, mas o importante é dar conta.
674 Uma última questão, para não me alongar, é a questão da terceirização das parcerias. Nós da FASC
675 respeitamos toda e qualquer deliberação deste Conselho e do Conselho da Criança, para qualquer
676 convênio, recurso do fundo, não do fundo. Enfim, estamos fazendo, isso é uma outra pauta para
677 uma outra reunião, mas uma suplementação. Eu já falei em uma outra reunião do Fórum, em torno
678 de 03 milhões para os programas da FASC. O recurso do PET, que é um programa do Governo
679 Federal, que é complementado pelo nosso orçamento, nós temos a garantia da execução na íntegra
680 dos 2.600 que estão lá no orçamento, complementando as 04 mil metas. O dinheiro do SASE, o
681 recurso do SASE, que foi solicitado em todas as governanças de mandatários, vai ser atendido na
682 íntegra pelos 02 milhões do PI que foram feitos no Orçamento Participativo. Nós estamos esperando
683 a formatação final do plano para oficializar o Prefeito, porque nós temos orientação da Junta
684 Orçamentária, da execução na íntegra dos 02 milhões. Então, uma preocupação que é a falta de
685 recurso, nós estamos suplementando bem mais do que a SMED, que suplementou em 1.700.000,

686 nós já estamos agora com 03 milhões, mais a íntegra do PET, são 2.600.000, mais a íntegra do PI
687 que atende basicamente o SASE. O nosso planejamento está estudando, atende basicamente a
688 demanda do SASE, lá vão mais 07 milhões. Então, a Prefeitura está muito atenta à questão da
689 assistência social. E uma última questão, nós brigamos para não terceirizar os serviços que são da
690 Prefeitura. O AS Rua e o SES Rua vocês sabem que estão sem pessoa, o SES Rua principalmente
691 está sem assistente social, não é alguém que vai estar exposto e de correr risco da sua saúde pessoal,
692 porque é para fazer o encaminhamento que o SES Rua está fazendo, o SES Rua está identificando,
693 tem o mapeamento, mas nós não estamos conseguindo a conta desses serviços, encaminhar as
694 crianças de fato e dar outra condição. E o AS Rua nós estamos pedindo para aumentar as equipes
695 dada a demanda da questão dos moradores, principalmente no Centro. Então, nós estamos
696 aumentando uma equipe para trabalhar, aí a gente até pode avaliar que riscos os funcionários estão
697 correndo. Essas pessoas vão ser uma ação compartilhada por seis meses por dentro dos nossos
698 serviços, como um controle social. E nós estamos com um mapeamento pronto para passar pelo
699 núcleo gestor da FASC quarta-feira e depois vir para o Presidente do Conselho, que é a proposta,
700 Mariazinha, sim de concurso público para as diversas áreas da FASC, porque nós herdamos, ela
701 continua defasada no seu quadro de pessoal. Os programas aumentaram muito, Clóvis, nós estamos
702 assumindo o Bolsa Família, a supervisão do Bolsa Família, o corte do benefício do Bolsa Família,
703 nós temos que cortar agora 600 famílias com a minha senha e que nós jamais vamos poder cortar
704 sem ir verificar se de fato o problema daquela família é renda, é filho, ou o que é. Então, aumentou
705 a nossa demanda e o nosso corpo funcional é o mesmo. Então, com isso agradecer o Clóvis da
706 minha parte, de ter vindo aqui. E também dizer que nós temos um trabalho superintegrado neste
707 Conselho, as discussões são boas, são ferrenhas, mas são sempre abertas, são profundas e nós temos
708 dado respostas dentro do possível que a gente encontrou. A gestão da FASC era um problema de
709 gestão bastante complexa e bastante complicada, que foi do conhecimento de vocês. Com a vinda
710 do Mauro agora estamos equacionando uma questão complicada que tínhamos, estamos com a troca
711 da coordenação da rede especializada também e ainda um reforço na rede básica, que nós
712 assumimos de público aqui. O Prefeito concorda, temos que melhorar e muito o atendimento dos
713 nossos centros regionais em infra-estrutura, pessoal e entrosamento com a comunidade, com o
714 trabalho. Eu sou apaixonada pela área. **Sra. Presidente:** A última inscrita sou eu, mas temos a
715 Dalila porque na fala da Silvia se sentiu incomodada. Então, acho que a gente dá a palavra para elas,
716 porque a Sílvia também está pedindo inscrição, que de repente esclarecer. **Sra. Dalila Frota:** Eu só
717 queria dizer o seguinte: tu falaste na tua exposição sobre a questão da legitimação do funcionário ou
718 não. Eu quero-te dizer o seguinte: sou funcionária há 16 anos e vi a possibilidade neste último ano
719 de legitimar o funcionário. Então, isso que eu queria dizer. **Sra. Sílvia Tejedas:** Só para não ficar
720 um mal-entendido, o que eu questionei foi a idéia de continuidade por essa via e aponte uma série
721 de questões que acho que garantem a continuidade. Não é essa de ter um funcionário gerenciando
722 ou não. Eu sou funcionária pública há 16 anos e sempre agi de forma a cumprir o meu papel. Então,
723 não estou questionando aqui o papel do funcionário público e a sua competência, a sua capacidade,
724 a sua especialização. Não é isso que está em questionamento, estou questionando a idéia de
725 continuidade por essa via e a questão do choque sim quanto gestão, porque o funcionário não está
726 legitimado enquanto chefia de um setor, enquanto diretor de um setor, enquanto uma gerência,
727 inclusive, legalmente para responder por um programa. A experiência que vocês estão fazendo,
728 estão fazendo, estão escrevendo, ela pode ajudar a repensar isso. Eu trouxe os questionamentos que
729 tenho à luz da minha experiência, inclusive, enquanto funcionária pública, enquanto gestora,
730 enquanto Conselho. Então, é isso, só para me explicar, não estou questionando as competências de
731 funcionários públicos, suas condições para fazer o seu trabalho, não é isso de modo nenhum, é outro
732 questionamento. **Sra. Presidente:** Secretário eu queria, em primeiro lugar, dizer da nossa satisfação
733 de ter depois de um ano e quase dois meses desta gestão a oportunidade de estar vindo aqui o
734 Secretário para apresentar as suas propostas. Esse é um dos questionamentos que o Conselho

735 sempre fez a esta gestão, porque no nosso ponto de vista, talvez muitos dos questionamentos que
736 aconteceram aqui se devem a isso, porque nós achamos que como Conselho é o Conselho que
737 propõe, fiscaliza e que delibera, ele deveria ter sido chamado por este Governo também para estar
738 tomando conhecimento dos seus projetos. A gente solicitou há muito tempo uma reunião, inclusive,
739 com o Dr. César Busatto, porque a gente queria estar discutindo exatamente o modelo de gestão,
740 enfim, porque nós questionamos uma série de coisas, somos parceiros em uma série de outras e
741 queremos continuar sendo parceiros em tudo aquilo que vier em benefício da nossa população, da
742 população usuária da política de assistência social. Então, nesse sentido a gente quer-lhe agradecer,
743 acho que pela primeira vez está de fato mostrando, apresentando os projetos. Depois que a Brizabel
744 veio acho que melhorou muito a nossa relação com o Governo, ela foi muito densa no ano passado,
745 acho que a gente teve muitos problemas, inclusive, no Projeto Resgate, Bonde da Cidadania, uma
746 série de outros programas que foram implementados, que são programas da área da assistência e que
747 nós questionamos porque esses programas devem estar passando por este Conselho, que é quem
748 delibera. A gente entende as dificuldades, acho que o Governo também, de tentar implementar uma
749 política nova, mas a gente acha que é importante essa relação. Eu acho que a gente quer,
750 exatamente, que os projetos e os programas venham para cá, que a gente possa também estar
751 propondo coisas e aqui foram levantadas uma série de questões. A questão que a Sílvia levantou, aí,
752 Brizabel, tu falaste que tem algumas diferenças, só que daí acho que temos um problema, porque o
753 projeto que a gente analisou hoje, inclusive, está ali no relatório onde traz uma série de programas
754 que esses funcionários estão dispostos. Então, acho que são coisas que nós precisamos estar
755 discutindo, estreitando e por isso ele não veio para a Pauta, porque entendemos que não ficou
756 esclarecido, precisamos de maiores esclarecimentos. Eu queria dizer que somos parceiros, mas a
757 gente quer estar discutindo, quer estar propondo e não queremos simplesmente ser taxados daquele
758 Conselho que é o Conselho do não, não é o Conselho da briga, mas queremos ser parte, queremos
759 poder estar sugerindo, inclusive, estar discutindo as políticas, sermos parceiros de fato. Somos
760 contra a terceirização, isso já foi colocado aqui, acho que a parceria é uma coisa necessária e em
761 muitos momentos terá que ser bem utilizada. Agora, eu acho que a gente tem, também, que estar
762 vendo outras formas. Acho que a Brizabel trouxe isso na sua fala, a questão dos concursos públicos,
763 e a gente vem defendendo isso porque a gente acha exatamente isso, que aumentaram muito as
764 políticas sociais, é onde tem aumentado cada vez mais, a miséria está cada vez maior. Portanto, isso
765 demanda muito mais dessa política. O que nos chama a atenção e é isso que a gente está
766 questionando, já viemos questionando, é que as políticas sociais a gente não vê como prioridade no
767 Governo. Ali quando o senhor apresenta as secretarias, inclusive, a divulgação da assistência, ela é
768 útil. Então, para nós isso é o modelo da gestão de fato. Aí é a pergunta: as políticas sociais estão em
769 que patamar neste Governo? **Sr. Clóvis Magalhães:** Isso não é um ordenamento de prioridades. Em
770 primeiro lugar, eu também quero agradecer e não me furto de discutir idéias, acho que idéias
771 precisam ser discutidas. E não é porque nós estamos, momentaneamente, exercendo a
772 Administração Pública que não estamos abertos para fazer essa reflexão. Não há nada que diga de
773 uma priorização na seqüência, pelo contrário, cada programa aqui tem a sua seqüência, tem a sua
774 prioridade e tem a sua análise. Segunda questão importante a dizer, eu quero novamente reforçar a
775 idéia de que agradeço o convite e que tão logo ele me foi formulado, imediatamente aceitei e
776 prontamente agendamos. E quero também deixar claro que estou aberto a novos encontros, a novas
777 discussões. Quero também poder dizer a vocês que vamos discutir, que não haverá o consenso sem
778 a discussão, que todos aqui partem de princípios muito sólidos, de convicções, de posturas que
779 constituem história. Quando a gente está lidando com a perspectiva de formular história precisamos
780 ser muito sérios e persistentes, muito obsessivos, porque, em suma, o que estamos fazendo aqui é
781 construir história, das nossas decisões nesse momento estarão evoluindo muitas conseqüências boas
782 e ruins. E o que nós queremos é construir o máximo de boas e minimizar ao máximo as ruins.
783 Então, estou absolutamente tranqüilo na perspectiva de que vamos estabelecer neste ano um no

784 horizonte. Quero também dizer a vocês que essa construção é uma construção muito difícil, é uma
785 construção muito complexa e nós realmente gastamos um não para chegarmos a este ponto. Esse
786 portal está acessível a partir do dia 10-01 deste ano. A orçamentação, toda a parte de orçamento
787 público que organiza os programas de ação se deu ao longo de discussões do ano passado, que
788 começam a ser executadas este ano. Até o ano passado nós executamos o orçamento formulado pela
789 Administração anterior. Este é o primeiro ano que estamos executando um orçamento segundo esse
790 formato de modelo de gestão. Então, também não teríamos muito para poder estar discutindo antes
791 que houvesse esse espaço, que pudéssemos construir cada um desses momentos. Quanto à questão
792 da continuidade, concordo contigo, acho que a continuidade de qualquer política pública se dá pela
793 sua essência e pelos laços que consegue construir com o seu meio. Não havendo isso melhor que
794 não continue, sendo funcionário ou não sendo funcionário; se não houver os pressupostos que tu
795 elencaste como a sua objetividade, o seu grau de relacionamento e a consistência como política. O
796 Conselho está aqui para dizer: “nós, isso não continua”; mas como nós sempre formulamos a idéia
797 de que fique o que está dando e muda o que não está, estamos nessa perspectiva que fiquem as
798 políticas boas e vamos mudar as que não estão. Tudo o que está no portal é para ficar se está bom,
799 mudar se for preciso. Estou aqui usando só um jogo de palavras que a gente usou, que é o que nos
800 norteia, política pública nessa perspectiva da história. **Sra. Presidente:** Então, obrigada pela
801 presença de todos. E nós queremos, Secretário, já deixar agendado quem sabe uma conversa
802 específica para as políticas da Assistência Social, ou das políticas sociais com as suas secretarias.
803 **Sr. Clóvis Magalhães:** Nós podemos fazer, se o Conselho quiser, um Comitê de Gerenciamentos
804 dos Programas porque aí vários secretários virão aqui. **Sra. Presidente:** Nós queremos discutir
805 especificamente essa, acho que a transversalidade de fato. (Encerra-se a reunião às 20h15min)
806